



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS EM INFORMÁTICA - SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO

1. 1 Contratar a renovação/atualização de 01(uma) licença única do software **Passware Kit Forensics de três anos**, para atender o Serviço de Perícias em Informática do Instituto Nacional de Criminalística, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	CATMAT	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1		01(UM)	Licença de renovação/atualização do Passware kit Forensics versão 2016.4 ou mais nova , licença única de renovação por (03) três anos, o software é fabricado pela Passware Inc. , encontrado no http://www.lostpassword.com .

1. 2 Os bens da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG.
1. 3 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência prevalecem estas últimas.
1. 4 Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de 36(trinta seis) meses, prevalecendo neste caso o prazo da licença do software que é de 03(três anos) fixado pelo fabricante.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A licença de renovação do software do Item I atende as necessidades do Serviço de Perícia em Informática, do Instituto Nacional de Criminalística que trabalha com software especializado para diversos tipos de perícias de dados, neste caso o software é específico para o trabalho de quebra e recuperação de senhas de arquivos, a validade atual expirou em setembro de 2016, assim não há como receber as atualizações mensais e este é um software de serviço que necessita de atualizações constantes. O software é específico para quebra de senhas que podem levar até dez dias dependendo da complexidade e tamanho da chave a ser decifrada nos exames de HD, planilhas, arquivos criptografados, banco de dados e programas.

2.2 A renovação por três anos atende ao princípio da economicidade e eficiência, pois uma renovação por três anos tem custo menor de 33% em vista de três renovações anuais além das despesas com processo licitatórios anuais de renovação, também atende ao princípio da eficiência pois terá duração de três anos.

2.3 Para atendimento deste Serviço de Perícias é necessário apenas uma licença de atualização, que pode ser usada por até cinco peritos ao mesmo tempo e em casos distintos e simultâneos, atualmente existem cento e setenta dois equipamentos de armazenamento computacional, aguardando designação de perito e que serão analisados também com este software.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E CRITÉRIOS AMBIENTAIS

3.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2 Os materiais são softwares e não geram problemas de sustentabilidade e nem suscitam critérios ambientais, desta forma cumpre-se o Artigo 15, I e, IN/SLTI nº. 02/2008.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1 O fornecimento será efetuado em remessa única, com prazo de entrega não superior a 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

4.2 Os Softwares deverão ser disponibilizados para download ao SEPINF/INC/DITEC, localizado no Instituto Nacional de Criminalística, 1º andar do Bloco A sala 210 – SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, no horário de 08h00min às 11h30min e 14h00min as 17h00min horas de segunda a sexta-feira os telefones de contato: 61-2024-9849.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5. 1 O custo estimado total da presente compra do Item I é de R\$ 7.811,00 (Sete mil oitocentos e onze reais).
5. 2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado:

Item	Unid.	B2T		Targetware		Saldit		Quant.	Média	
		Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total		Unitário	Total
1	Unid.	11.200,00	11.200,00	5977,00	5.977,00	6.256,00	6.256,00	1	7811,00	7811,00
Total			11.200,00		5.977,00		6.256,00			7811,00

5. As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados à Diretoria Técnico-Científica no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, sob a seguinte classificação:

GESTÃO/ UG	
PTRES	
FONTE	
ELEMENTO DE DESPESA	
PI	
VALOR TOTAL	

6. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6. 1 Os bens serão recebidos:
6. 2 A **empresa vencedora** ficará obrigada a fazer a entrega do material no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, impreterivelmente, contado da data do recebimento da nota de empenho.
6. 3 No momento do recebimento, deverá ser entregue Nota fiscal em 2 (duas) vias.
6. 4 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
6. 5 O login e senha ou serial do software constante no item I do Sub-item 1.1 deste Termo de referência, registrado neste DPF para atualização via internet no sítio do fabricante do produto será comunicado por servidor do SEPINF/INC, demais informações necessárias ser for o caso, pelo correio eletrônico robemar.rbr@dpf.gov.br, com cópia para kuppens.llk@dpf.gov.br.
6. 6 Mesmo tendo ocorrido o recebimento definitivo dos softwares, caso, no momento do uso, apresente defeito, deverá ser fornecida nova chave de ativação válida, pela empresa vencedora, em prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da comunicação oficial desta diretoria, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

7. DO PAGAMENTO

7.1 - Ocorrendo a entrega definitiva dos itens especificados em 3.1, depois de devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante nota de empenho ou Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa vencedora, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

7.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

7.3 - Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa vencedora, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação

exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93.

7.4 - Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

7.5 - Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

7.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

7.7 - A atualização prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8. 1 A Empresa vencedora obriga-se a:
8. 2 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
8. 3 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
8. 4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); Substituir, obrigatoriamente, o produto entregue em desacordo com as especificações constantes no Item 1.1 deste termo de referência e com a proposta de preços, arcando com ônus decorrente.
8. 5 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (**dez dias corridos**), o produto com avarias ou defeitos;
8. 6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
8. 8 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8. 9 Manter as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal;
8. 10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
8. 11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
8. 12 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
8. 13 Respeitar, os prazos máximos de entrega, manutenção ou substituição dos materiais, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9. A Contratante obriga-se a:
 9. 1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando no local, data e horário descrito no Subitem 4.2 deste termo;
 9. 2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
 9. 3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
 9. 4 Efetuar o pagamento no prazo previsto desde que atendido as exigências do termo de referência.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10. 1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11. 1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem, e de tudo dará ciência à Administração.
 1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle.
11. 2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12. 1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a empresa vencedora que, no decorrer da contratação:
 12. 2 Inexecução total ou parcialmente da entrega dos materiais;
 12. 3 Apresentar documentação falsa;
 12. 4 Comportar-se de modo inidôneo;
 12. 5 Cometer fraude fiscal;
 12. 6 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital.

12. 7 A Empresa vencedora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da licitação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até **0,2% (zero vírgula dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades.

b.2. Moratória de até **0,4% (zero vírgula quatro por cento)** por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

b.3. Compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do objeto, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do objeto.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

12. 8 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12. 9 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

12. 9.1 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12. 9.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12. 9.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12. 10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. 11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. 12 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

1. Caso a Administração pública determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada

pela autoridade competente.

12. 13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. 14 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente “Termo de Referência” foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico do Departamento de Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração de procedimento licitatório de dispensa de licitação por cotação eletrônica, conforme disposto no inciso II do artigo 24 da lei 8666/93 ou pregão eletrônico.

Brasília/DF, 02 de outubro de 2016.

MARCELO CALDERA RUBACK

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Chefe do Serviço de Perícias em Informática

Aprovo o TERMO DE REFERÊNCIA para renovação do software descrito no Item I deste Termo de referência, para atender às necessidades do SEPINF/DPER/INC/DITEC/DPF.

Em ____ / ____ / ____.

JOSÉ JAIR WERMANN

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico – DITEC/DPF



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO LIMA KUPPENS, Perito(a) Criminal Federal**, em 14/10/2016, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0436612** e o código CRC **0F6E928F**.